

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



RELATO DE EXPERIÊNCIA DO V EMGES – Encontro Sobre Gênero, Educação e Sexualidades
EDUCAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE: da precariedade dos corpos à garantia dos direitos humanos

JUVENTUDES PLURAIS: reconhecer-se e reconhecer o outro

Luciana de Oliveira Barros¹

Resumo: O presente relato de experiência tem como tema a educação em gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva interseccional no contexto das juventudes. O trabalho decorre do Projeto Didático de Intervenção “Juventudes Plurais: reconhecer-se e reconhecer o outro”, desenvolvido no Curso Corpos e Diversidade na Educação (CDE), com adolescentes do Núcleo de Cidadania de Adolescentes (NUCA), em Vargem Grande-MA. O objetivo foi promover reflexão crítica sobre diversidade, identidades sociais e desigualdades, articulando gênero, sexualidade, raça e classe no espaço educativo. A metodologia consistiu na realização de uma oficina com construção coletiva do “Painel das Identidades e Marcadores Sociais”, utilizando charges para problematizar preconceitos e violências simbólicas. A experiência possibilitou a ampliação da consciência crítica dos/as participantes, fortalecendo o protagonismo juvenil e a compreensão da educação como espaço de promoção dos direitos humanos. Conclui-se que práticas pedagógicas participativas e fundamentadas teoricamente contribuem para o enfrentamento da heteronormatividade, das desigualdades estruturais e das múltiplas formas de discriminação presentes na escola e na sociedade.

Palavras-chave: Juventudes; Gênero; Sexualidade; Educação; Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre gênero e sexualidade na educação brasileira ainda encontra resistências marcadas por discursos conservadores que tentam silenciar o debate, muitas vezes rotulando-o de forma equivocada como a expressão “ideologia de gênero”. No entanto, conforme defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), a sexualidade é dimensão constitutiva da identidade humana e deve ser abordada de forma transversal no currículo escolar. No documento Orientação Sexual, dos Parâmetros Curriculares Nacionais –

¹ Graduanda do curso de Filosofia Licenciatura, pela Universidade Estadual do Maranhão. Assistente Social, Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisa sobre gênero e diversidade. lucianabarro.rezende@gmail.com

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



PCN, elaborado pelo Ministério da Educação (Brasil, 1997), informa que a sexualidade, construída ao longo da vida, se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano. Além disso, a sexualidade encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.

Na adolescência, a sexualidade tem dimensão especial, que é o aparecimento da capacidade reprodutiva no ser humano concomitante à reestruturação do seu psiquismo.

Sexualidade é muito mais do que sexo. Ela é um aspecto central da vida das pessoas e envolve sexo, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Em todas as sociedades, as expressões da sexualidade são alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que vão sendo aprendidas pelas pessoas desde a infância. A sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura. É importante buscarmos o autoconhecimento, para que possamos fazer as escolhas que sejam mais positivas para a nossa vida e para a expressão da nossa sexualidade. (Brasil, 2009, p.22)

A escola é um espaço atravessado por normas, discursos e práticas que produzem corpos e identidades. As autoras Motta e Amorim (2009, p.32) argumentam que o território escolar é um dos espaços sociais onde os conflitos entre as questões relativas à sexualidade e ao gênero estão dominados por tensão entre os valores recebidos na família e na igreja e os conteúdos perpassados na natureza laica de sua configuração.

Nesse sentido, as questões de “gênero e sexualidade não estão descoladas da religiosidade no território escolar. Antes, é preciso um olhar atento para discernir as tramas e os meandros por onde perpassam as lógicas de dominação e reprodução”. (Motta; Amorim, 2009, p.32).

No Brasil, como alhures, o crescimento e a explicitação do pensamento conservador conjugador com ações que vão, muitas vezes, de encontro à configuração do Estado Democrático de Direito, seguem ao lado do aumento pobreza e da desigualdade social. Como agravante desse pensamento destaca-se a compreensão da questão social e suas expressões como resultantes de deseagregações morais reificando o caráter irracional que contribui para o ofuscamento das determinações socioeconômicas da questão social e, em decorrência, para a sua naturalização. (Araújo; Pereira, 2018, p. 36).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



 **8 a 10 de abril de 2026**
Evento híbrido



No campo dos estudos de gênero, Butler argumenta que o gênero não é essência natural, mas resultado de práticas reiteradas que constroem a performatividade das identidades (Butler, 2003). Essas contribuições permitem compreender que as desigualdades de gênero e sexualidade não são naturais, mas historicamente produzidas. Além disso, pensar juventudes implica reconhecer a pluralidade de experiências marcadas por interseccionalidades. Para Crenshaw (1989), as opressões se inter-relacionam, produzindo experiências diferenciadas conforme gênero, raça e classe. No contexto escolar, tais marcadores estruturam desigualdades que impactam trajetórias juvenis.

De acordo com Cutrim; Silva e Martins (2025), saber como lidar com a diversidade é um dos grandes desafios da atualidade. “Assim, se faz necessário, assumir a existência da pluralidade de sujeitos e uma postura de reconhecimento das diversidades”.

Entendemos ser necessário, (re)conhecer as diversas identidades dos indivíduos, a partir dos variados marcadores sociais de diferença de corpos, gêneros, sexualidades, cor, raças, etnias, religiões, gerações etárias, classes sociais e outras tantas, garantindo neste contexto o exercício da cidadania de todos/as/es, de forma que as relações estejam baseadas na justiça, em valores democráticos e laicos e na prática do diálogo e do respeito. Vejamos a ilustração abaixo com alguns marcadores sociais possíveis, haja vista entendemos que eles são diversos e estão imbricados com as construções sócio-históricas, culturais e políticas de cada ser humano. (Cutrim; Silva; Martins, 2025, p. 17).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência do Projeto “Juventudes Plurais”, evidenciando como uma prática pedagógica fundamentada teoricamente pode contribuir para a promoção da educação em direitos humanos, do respeito à diversidade, e para o enfrentamento das violências de gênero no âmbito escolar e na sociedade como um todo.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência, de natureza qualitativa, desenvolvido a partir de um Projeto Didático de Intervenção (PDI) do Curso Corpos e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Diversidade na Educação (CDE), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas – GESEPE/UFMA. A experiência foi realizada com adolescentes entre 12 e 18 anos, integrantes do NUCA – Núcleo de Cidadania de Adolescentes do Selo UNICEF, no município de Vargem Grande–MA.

A proposta metodológica consistiu na realização de uma oficina estruturada na construção do “Painel das Identidades e Marcadores Sociais”. Inicialmente, realizou-se acolhida e contextualização sobre o projeto. A partir disso, foi explorado em linguagem simples, fundamentada e objetiva, alguns conceitos como gênero, raça, classe, diversidade e marcadores sociais.

Em seguida, foram distribuídas charges abordando temas como racismo, machismo, homofobia, intolerância religiosa e desigualdade social. Vale ressaltar que muitas das charges utilizadas estão disponíveis do caderno pedagógico “Corpos de Diversidade na Educação”, de Silva e Albuquerque (2025).

Cada participante realizou análise individual, identificando o tema central dos marcadores envolvidos nas charges. Posteriormente, ocorreu socialização em roda de conversa, a análise coletiva. Por fim, realizou-se a organização coletiva do painel, conforme as discussões ocorridas ao longo da oficina.

A avaliação da oficina priorizou a participação dos estudantes, inscritos no NUCA, promovendo a argumentação, escuta e o respeito às opiniões. Além disso, a atividade foi adaptada para garantir ambiente seguro e linguagem acessível aos adolescentes, respeitando suas vivências e contextos socioculturais, fortalecendo a empatia e o respeito às diversidades.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A experiência evidenciou que muitos preconceitos representados nas charges fazem parte do cotidiano dos/as adolescentes, especialmente no ambiente escolar. Relatos espontâneos apontaram situações de homofobia, transfobia, estigmatização de meninas quanto ao comportamento corporal e discriminações raciais naturalizadas.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A análise coletiva revelou a forte presença da heteronormatividade como estrutura organizadora das relações sociais, confirmando o que Butler (2003) descreve como repetição normativa que legitima determinadas identidades e marginaliza outras. No entanto, também foi possível perceber a consciência crítica de alguns adolescentes a respeito do tema gênero e sexualidade, com discordâncias a respeito das normas sociais e culturais da sociedade.

Ao mesmo tempo, o protagonismo juvenil foi fortalecido. Os/as adolescentes demonstraram capacidade crítica ao identificar como gênero, raça e classe se articulam nas desigualdades vivenciadas, corroborando a perspectiva interseccional de Crenshaw (2002) e de Collins e Bilge (2020) que apontam a interseccionalidade como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

O painel coletivo tornou-se representação simbólica da pluralidade das juventudes, permitindo compreender como diferentes marcadores sociais atravessam as experiências individuais. O painel favoreceu também uma visualização clara de diversas identidades, e de marcadores sociais, promovendo aprendizados significativos, principalmente sobre questões referente à gênero e à diversidade humana. Alguns adolescentes sentiram-se à vontade para falar de si, de sua orientação sexual e de perspectivas futuras.

Assim, a oficina contribuiu para romper silêncios e possibilitar diálogo aberto sobre sexualidade como direito, reafirmando que a educação deve assumir papel ético e político na promoção da cidadania e da dignidade humana.

CONCLUSÕES

A experiência demonstrou que práticas pedagógicas participativas favorecem a construção de uma educação comprometida com os direitos humanos e com a diversidade.

O diálogo fundamentado teoricamente fortalece a legitimidade do debate sobre gênero e sexualidade no espaço educativo, contribuindo para enfrentar discursos conservadores e desinformações.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



A abordagem interseccional revelou-se essencial para compreender as múltiplas desigualdades que atravessam as juventudes.

O projeto reafirma que tanto a escola quanto outros espaços socioeducativos como o NUCA podem se constituir como territórios de resistência, escuta e transformação social, sendo assim, investir na formação crítica de educadores/as é condição fundamental para consolidar práticas educativas inclusivas, democráticas e emancipadoras.

Além disso, é importante destacar a necessidade de discutir aspectos da sexualidade ainda na infância e na adolescência, reconhecendo a educação sexual nas escolas como um direito. Uma educação na perspectiva de gênero e dos direitos humanos, que assegure a superação de preconceitos, e atue na construção de uma sociedade com mais igualdade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira. **Políticas Públicas:** temas e questões afins. São Luís: EDUFMA, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Caderno n. 2. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**/ Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CUTRIM, Rosyene Conceição Soares; SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da; MARTINS, Alberto Magno Moreira. **Diferenças, Desigualdades e Diversidade na Educação**. Corpos e diversidade na educação: caderno pedagógico / organizado por Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Zeila Sousa de Albuquerque. – São Luís: EDUFMA, 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. (1989) (Tradução de Larissa Latif). “**Demarginalizing the**

VEMGES & III SICODE

Encontro Maranhense Sobre Gênero,
Educação e Sexualidades

Simpósio Nacional Corpos e
Diversidade na Educação

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES DA PRECARIÉDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". University of Chicago Legal Forum, Issue 1, Article 8, pp. 139-167.

MOTTA, Diomar das Graças; AMORIM, Elisângela Santos de. **Gênero em Debate: territorialidade e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2009.